



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia quinze de dezembro de dois mil e quinze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: José Geraldo Guedes – Presidente, André Luiz Vieira da Silva – Vice-Presidente e Silvânio Aguiar Silva – Secretário. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a presença de todos os vereadores. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Logo após, o Senhor Presidente comunicou que as Atas das Reuniões: Ordinária do dia primeiro de dezembro de dois mil e quinze; Especial do dia três de dezembro de dois mil e quinze; Especial do dia dez de dezembro de dois mil e quinze foram encaminhadas aos gabinetes para os vereadores conferirem-nas. Colocou-as em discussão, nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou as três Atas. O Senhor Secretário proferiu leitura da correspondência recebida: Ofício: OF.EXT.JVZ. 2278/2015. Belo Horizonte, 19 de novembro de 2015. Do Deputado Estadual João Vítor Xavier ao Senhor Presidente. Informa que a solicitação do Senhor Presidente de não fechamento da Unidade Fazendária do Município de Nova Lima foi enviada à Secretaria de Estado da Fazenda. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de Lei nº 1.556/2015, autoria do Poder Executivo, que “Revoga a Lei Municipal nº 2.423, de 09 de maio de 2014, cria a Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e o Fundo Municipal da Pessoa Idosa”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem. Eu gostaria que o senhor consultasse o Plenário, eu acho que não vai ter dificuldade, para a quebra de prazo, interstícios e



pareceres para votar essa revogação, de tão importante que ela é para o idoso”. O vereador Leci Alves Campos: “senhor vereador, o senhor me dá um aparte?”. O vereador Flávio de Almeida: “com certeza”. O vereador Leci Alves Campos: “esse projeto de lei, senhor vereador, ele deu entrada na Casa no dia vinte e seis de novembro, nós ficamos aguardando durante duas reuniões para ele entrar em tramitação. Então, a gente tirou uma cópia e entregou em cada gabinete, até para facilitar que a gente solicite à Presidência a dispensa dos interstícios e dos pareceres e que possamos votar nesta noite”. O vereador Flávio de Almeida: “esse é o pedido para consultar o Plenário”. O vereador Leci Alves Campos: “isso. Eu só estou ratificando”. O vereador Flávio de Almeida: “então, a gente está pedindo junto, vereador, para fechar esse compromisso”. O Senhor Presidente: “consulto o Plenário e coloco em votação a dispensa de interstícios e pareceres e votação do projeto em dois turnos na segunda parte da reunião. Projeto de Lei nº 1.556/2015, autoria do Poder Executivo, que “Revoga a Lei Municipal nº 2.423, de 09 de maio de 2014, cria a Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e o Fundo Municipal da Pessoa Idosa”. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, dez votos. 2) Projeto de Lei nº 1.557/2015, autoria do vereador José Guedes, que “Altera a Lei Municipal nº 2.507, de 29 de maio de 2015, que dispõe sobre a desafetação de área institucional que especifica, autoriza a sua doação onerosa à Promed Assistência Médica Ltda., além de dar outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 3) Projeto de Lei nº 1.559/2015, autoria do Poder Executivo, que “Altera parcialmente a Lei Complementar nº 2.514, de 20/08/20015, e dá outras providências”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, questão de ordem. Boa noite aos vereadores presentes, público



presente. Eu gostaria, Presidente, antes de falar sobre esse projeto que eu quero falar, mas eu gostaria de pedir autorização à Mesa para cumprimentar, que se encontra neste Plenário, o Presidente da Amavise, senhor Sérgio Americano. Eu gostaria de cumprimentá-lo por estar aqui conosco, nesta noite, acompanhado das pessoas moradoras lá do bairro de vocês, sejam muito bem-vindos aqui. Eu gostaria de falar para vocês que já foi autorizado o fechamento da Oscar Niemeyer aos domingos, de sete às quatorze horas, basta a gente pegar aqui o alvará de autorização e já pode começar o fechamento e fazer as atividades que vocês se propõem. Senhor Presidente, esse projeto o prefeito pede que sejam dispensados interstícios e pareceres, eu gostaria que o Senhor consultasse o Plenário, uma vez que é de grande importância, de grande valia, a gente antecipar o pagamento do PEP. A antecipação do pagamento do PEP vai ajudar muito no pagamento do décimo terceiro do funcionário público da prefeitura de Nova Lima. Então, eu gostaria de pedir que o Senhor consultasse o Plenário para que a gente pudesse, nessa noite, já votar esse projeto de grande importância para o município de Nova Lima, especialmente os funcionários que vão ter possibilidade de receber o décimo terceiro”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “questão de ordem também. Eu tive uma conversa com a vereadora ali nos bastidores, até porque tem uma pessoa que me procurou na Casa hoje, tirou até cópia do projeto e me entregou, desse referido projeto que Sua Excelência está falando. Eu sei que é muito importante o funcionário público receber décimo terceiro, também os escolares também que estão sem receber, enfim, é tanta gente sem receber que... E a pessoa veio questionar, me pedir exatamente o contrário, pedindo que a lei já está de incentivo fiscal aqui, terminando, revogando ela até trinta e um de dezembro. E Sua Excelência está pedindo que volte a vinte e um”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “não. O prefeito é que entrou com o projeto



de lei alterando e passando para dia vinte e um de dezembro. Essa pessoa está desinformada”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “espere aí, nós vamos chegar lá. O prefeito entrou com vinte e um? O projeto é vinte e um que está aí, Presidente? Vinte e um, está bom. Então, a pessoa me pediu que pudesse... Porque isso é isenção fiscal”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu sei que é isenção fiscal”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “isso é juro, multa, enfim, numa crise tão difícil dessas, da prefeitura e das pessoas que pagam também, a crise é mais ainda das pessoas que pagam. Então, a pessoa pediu para mim que estendesse isso até o dia quinze de janeiro porque vai passar Natal, prefeitura fechada, vai passar dia de ano, prefeitura fechada, vai abrir só dia quatro. As pessoas que estão juntando dinheiro para pagar esse incentivo, que não conseguiram pagar, não vão ter nem oportunidade de pagar porque a lei, na verdade, era dia trinta e um, não é, vereadora?”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “era e o prefeito entrou alterando”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “agora ela está voltando para vinte e um”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “vinte e um de dezembro”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “é tanta importância e tanta coisa que acaba... Eu fico até sem graça de votar isso aqui, viu? Porque eu ia votar tudo direitinho aí, mas Sua Excelência está...”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “eu gostaria de dar uma informação, que já foi dito nesta Casa umas dez, doze vezes que a prefeitura pagará o décimo terceiro. Então, no entendimento do vereador, tem noticiado que será pago o décimo terceiro, dá para entender que é integral. E em conversas com a Secretária de Finanças, a Roseane Seabra, ela me disse que está fazendo todos os esforços, mas não passará de cinquenta por cento. Então, fica iludindo, falando que a prefeitura vai pagar. A Secretária de Finanças me disse que não tem condições, será



pago, se for, cinquenta por cento”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, mas é justamente isso que eu estou falando. Pedindo essa antecipação para as pessoas poderem acertar a dívida com os descontos necessários e ajudar no pagamento do décimo terceiro. Eu não estou aqui afirmando que vai pagar cem por cento não. Eu não usei essa palavra que vai pagar cem por cento não. Mas o Senhor tem que convir que é melhor receber cinquenta por cento do que nada. Nada. Então, eu...”. O Senhor Presidente: “vereadora”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu não estou falando que é cinquenta por cento também não”. O Senhor Presidente: “vereadora Ângela”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu não estou falando”. O Senhor Presidente: “vereadora Ângela, em momento algum eu disse que a senhora falou aí que seria cem por cento. Eu disse que já foi dito aqui nesta Casa umas dez, doze vezes, que será pago o décimo terceiro. E eu tenho informações da pessoa capacitada que se sair sairá cinquenta por cento”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente. Boa noite colegas, boa noite público presente. Só para esclarecer um pouco do que eu entendi aqui desse projeto que o senhor acabou de ler. Hoje eu recebi a Secretária ainda há pouco no meu gabinete, o vereador Silvânio estava presente, e ela disse que está pedindo essa antecipação porque vai ter plantão no final do ano. O recesso acho que entra dia vinte e três, mas na Secretaria de Fazenda vai ter plantão todos os dias. Uma vez protocolada a guia, uma vez protocolado o pedido do parcelamento, ela tem um tempo para gerar a guia e esse tempo pode se estender até o princípio de janeiro, conforme está na coisa, mas precisa ter o protocolo da solicitação. Então, eu queria reafirmar o pedido da vereadora da dispensa de interstícios e pareceres desse pedido. Muito obrigado”. O Senhor Presidente: “consulto o Plenário e coloco em votação a dispensa de interstícios e



pareceres e votação do Projeto 1.559, em votação única na segunda parte da reunião, do Projeto 1.559, autoria do Executivo. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, dez votos. 4) Projeto de Lei nº 1.561/2015, autoria do Poder Executivo, que “Autoriza a doação à União dos bens que especifica, além de dar outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.542/2015, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Declara de Utilidade Pública a entidade que menciona e dá outras providências” – Instituto Educacional e Cultural Ouro Verde. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. 2) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.543/2015, autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – CCIP, além de dar outras providências”. A comissão emitiu parecer pela não aprovação do projeto. O Senhor Presidente: “havendo parecer contrário à continuidade da tramitação, submeto à votação em Plenário. Em discussão, o parecer da Comissão de Legislação e Justiça. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, questão de ordem. Um parecer que é negado para a tramitação do projeto, ele não se encontra na pauta, um parecer desse tamanho que foi lido aí não se encontra na pauta, uma pauta que foi nos entregue depois das dezoito horas. Então, como que nós vamos votar se esse parecer... Nós somos favoráveis ou não que o projeto continue ou não em tramitação na Casa? É o segundo parecer dessa noite que não se encontra na pauta aqui conosco, e um parecer que é considerado negado. Nós estamos negando, a comissão está negando a



continuidade do projeto. Nós nem temos o parecer aqui, como é que nós vamos votar?”.

O Senhor Presidente: “fui informado aqui pelo funcionário Diego que os pareceres não estão sendo assinados pelos vereadores, estão à disposição na Secretaria e teve o problema de xerox na Casa, então, por esse motivo, vereadora... A máquina estragou”.

A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “ah, o Senhor me desculpe, isso não é desculpa não. O Senhor me desculpe”. O Senhor Presidente: “então...”.

O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “eu pediria... Vou colocar em votação”.

O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem.

Esse parecer está assinado pelos três membros da comissão? Por dois membros da

comissão?”. O vereador Leci Alves Campos: “está assinado por dois membros, pelo

presidente e pelo relator”. O vereador Flávio de Almeida: “eu tenho uma preocupação

porque está certo que a Casa, às vezes, não quer um desgaste, não é? Talvez o reajuste

esteja passando do índice, não é? Mas acredito que esse projeto deveria ser

encaminhado para a Comissão de Legislação e Justiça para que fosse estudado com os

três vereadores sim porque se a Casa discorda dos índices, então, a gente deve colocar

aquilo que foi realmente o reajuste ou as perdas do ano, porque se a Casa não quer o

desgaste, tudo bem. Mas esta Casa é uma Casa de se ter desgaste, porque nós vamos

entrar o ano que vem, se a gente preocupa com tanto desgaste, eu pergunto, eu sou de

uma época que quem cuidava dessa cidade era a Cemig e eu lembro dessas lâmpadas

tudo queimadas, as ruas escuras, então, eu acho que nós temos que ter uma

preocupação, sim. Eu, por exemplo, eu não tive oportunidade também de a gente ver

esse parecer, não é? Então, eu acho que... Eu, na minha opinião, a líder do prefeito tem

razão sim. Eu acho que...”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente”. O

vereador Flávio de Almeida: “é porque, por exemplo, como que eu vou votar?”. O



Senhor Presidente: “vereador, o senhor me dá um minuto”. O vereador Flávio de Almeida: “lógico”. O Senhor Presidente: “devido à solicitação, à fala do senhor, da vereadora Ângela Lima, eu vou retirar de pauta. E quero dizer o seguinte, que o Presidente desta Casa tem colaborado com os vereadores que entregam projetos na última hora e querem que vota, querem que coloca em pauta e eu tenho colocado. É difícil tocar as coisas aqui na Casa. Por quê? Quando há interesse, eles chegam lá às dezessete e cinquenta e nove e querem que coloca, eu tenho colaborado. Então, a partir de hoje, não vou aceitar porque eu tenho procurado ajudar e sempre tem uma reclamação. Quando o projeto é do autor, fica caladinho. Quando não é, fica tentando botar a culpa na Mesa, na Presidência. Então, a partir de hoje, eu vou colocar, voltar novamente, que será recebido somente no dia das sextas-feiras”. O vereador Flávio de Almeida: “está certo. Senhor Presidente”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente”. O vereador Flávio de Almeida: “só para eu encerrar”. O Senhor Presidente: “sim”. O vereador Flávio de Almeida: “eu estou com a palavra”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Flávio”. O vereador Flávio de Almeida: “eu não estou reclamando nem questionando a Presidência...”. O Senhor Presidente: “eu não disse do senhor não, não citei seu nome não”. O vereador Flávio de Almeida: “muito pelo contrário. Eu sei que o Senhor é um vereador que chega aqui oito horas da manhã, o Senhor tem feito a parte do Senhor. Eu venho todo dia, todos os dias eu estou na Casa. Então, é só para a gente ter precauções sim porque é necessário. Então, eu vou agradecer ao Senhor pela retirada para que a gente possa fazer o estudo legislativo”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “o senhor me concede um aparte?”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente”. O vereador Flávio de Almeida: “concedo”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu também não reclamei da



Mesa não”. O vereador Flávio de Almeida: “não”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu questionei que não está aqui o parecer e como é que vou votar um parecer que eu não consegui acompanhar o que o vereador estava falando. E isso é questão regimental, não é questão do Presidente, da pessoa do Presidente pessoa não. Isso é questão regimental. Regimental”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, questão de ordem”. Senhor Presidente: “o senhor terminou, vereador Flávio?”. O vereador Flávio de Almeida: “eu vou agradecer para o vereador Leci fazer uso”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “obrigada, viu?”. O Senhor Presidente: “eu quero só dizer que esta Presidência tem colaborado, principalmente com a vereadora Ângela Lima, que de vez em quando entrega suas solicitações lá na última hora e eu tenho aceitado. Com a palavra o vereador Leci Campos”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “ah, isso o Senhor vai ter que provar que eu entrego de última hora. Ah, o Senhor vai ter que provar que eu entrego coisa de última hora. O Senhor vai ter que provar porque o Senhor está falando que eu entrego coisas de última hora”. O Senhor Presidente: “vereadora”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu não entrego”. O Senhor Presidente: “primeiro a senhora tem que pedir a palavra”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “o Senhor me respeite... O Senhor me respeite”. O Senhor Presidente: “primeiro a senhora tem que pedir a palavra. Com a palavra Leci Campos”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, eu sou o Presidente da Comissão de Legislação e Justiça e esse parecer que foi lido aí pelo Secretário Silvânio Aguiar é sobre o Projeto de Lei que “Dispõe sobre a Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública”, ou seja, é o Projeto de Lei que aumenta o imposto da iluminação pública que é cobrado na conta de energia de quem tem imóvel e no IPTU de quem é lote vago. Eu, juntamente com o relator, nós fizemos a



entrega do parecer para ser distribuído. Vossa Excelência informou a questão do problema aí do xerox, mas eu não vejo problema nenhum, pois já está registrada na Ata a leitura do parecer e prossigamos, então, para a próxima reunião fazer a votação do parecer contrário desse projeto”. O vereador Fausto Niquini: “o senhor me dá um aparte, vereador?”. O vereador Leci Alves Campos: “pois não”. O vereador Fausto Niquini: “boa noite Presidente, nobres vereadores, público presente. Eu gostaria de deixar bem claro aqui, tudo bem, não está aí o parecer na pauta, mas eu gostaria de deixar bem claro aqui que a comissão trabalhou e muito, por se tratar de um assunto complexo, não é? Inclusive, nós fomos pegar orientação de um dos maiores tributaristas do estado de Minas Gerais, tá? Vereador, o senhor questionou sobre se ele estava assinado pela comissão”. O vereador Flávio de Almeida: “não. Eu perguntei por que na fala anterior, é porque o senhor não percebeu, disseram que os vereadores não estão passando para assinar, foi isso que eu perguntei. Perguntei em cima da fala anterior”. O vereador Fausto Niquini: “está ok. Mas foi muito bem...”. O vereador Leci Alves Campos: “não, mas é só para completar a informação, vereador Flávio, o Secretário citou o nome dos vereadores que assinaram”. O vereador Flávio de Almeida: “gente, é um direito deste vereador, primeiro, consultar se está assinado. Primeiro, é um direito. Já que a Comissão de Legislação e Justiça discute os atos constitucionais da Casa, é um direito constitucional deste vereador questionar se tem duas assinaturas ou não, está certo? Eu só questionei, mas se isso está atingindo os senhores, aproveito e já peço até desculpas porque eu não tenho problema nenhum. Eu só questionei se tinha duas assinaturas”. O vereador Fausto Niquini: “geralmente, quando o projeto não tem duas assinaturas ele nem é lido, não é isso?”. O vereador Leci Alves Campos: “é, nem é lido”. O vereador Fausto Niquini: “o senhor já leu algum projeto alguma vez só com



uma assinatura? Muito obrigado”. O vereador Flávio de Almeida: “eu já assinei na mesa, tinha só uma assinatura e eu fui na mesa assinar. Então, gente... Gente, nós vamos ficar aqui o tempo todo discutindo”. O vereador André Luiz Vieira da Silva : “questão de ordem, Senhor Presidente”. O vereador Flávio de Almeida: “eu só fiz um questionamento justo. Já me respondeu, eu estou satisfeito”. O Senhor Presidente: “questão de ordem, vereador André Vieira”. O vereador André Vieira: “com relação a esse parecer, ele... Foi só uma falha dos vereadores, não é nem da... Os vereadores são assessorados pela Casa e é praxe, realmente, assinar... Eu mesmo assinei há poucos instantes. Só que o que acontece? O grande problema aqui é que é um parecer contrário, o que não é comum. Geralmente o parecer é favorável e o projeto entra em tramitação. Como é um parecer contrário, então isso pega os vereadores de surpresa e aí tem que ter uma análise. É só questão... Isso foi só um erro técnico, mas um erro do... Nosso, da comissão mesmo. Foi só isso. Vamos consertar para a próxima reunião estar resolvido. Obrigado, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “eu quero dizer que esse projeto, já vou adiantar que eu vou votar contra porque é um absurdo uma iluminação pública ser aumentada em quarenta, cinquenta por cento. É um absurdo. E quero dizer que, às vezes, uma lamparina ilumina muito melhor diversas ruas em Nova Lima. Então, eu já estou adiantando que eu vou votar contra”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem, por favor”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “questão de ordem, vereador Flávio de Almeida”. O vereador Flávio de Almeida: “é só para que a gente não mude o foco da discussão. A vereadora Ângela Lima e o vereador Flávio de Almeida, nós questionamos o direito da leitura de um parecer”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “foi só isso”. O vereador Flávio de Almeida: “o direito de conhecer o projeto”. A vereadora Maria



Ângela Dias Lima Pereira: “claro, é só isso”. O vereador Flávio de Almeida: “nós não podemos votar aquilo que a gente não conhece. O foco é outro, gente. Porque passou por uma comissão, está correto”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “lembrando que não está em discussão, não é?”. O vereador Flávio de Almeida: “não está em discussão, mas eu digo assim...”. O Senhor Presidente: “um de cada vez, por favor”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “e se o parecer é contrário não vai entrar em votação”. O Senhor Presidente: “três vereadores falando no mesmo momento. A palavra está com o vereador Flávio de Almeida”. O vereador Flávio de Almeida: “o Senhor entendeu o meu questionamento?”. O Senhor Presidente: “entendi, sim senhor, entendi”. O vereador Flávio de Almeida: “eu não estou questionando outros assuntos da comissão não”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Presidente. Eu ia deixar para comentar isso no dia em questão, mas já que o Senhor fez o comentário do Senhor, eu também vou fazer o meu. Eu também adianto aqui o voto contra, no dia que entrou esse projeto aqui, antes de ir para a comissão, eu já tinha manifestado contrário a esse aumento de cinquenta por cento nessas contas, porque eu disse que a energia, por si só, já subiu mais de trezentos por cento, ainda vai subir mais cinquenta numa conta de iluminação pública, tem gente aí que vai ter que voltar para lamparina ou então acabar com o resto da floresta para fazer fogueira, porque não tem outra condição. Então, eu voto contra também”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, questão de ordem. É só para esclarecimento, não somente... Também as pessoas que estão no Plenário, mas até as pessoas que estão em casa, assistindo esta reunião através da TV Banqueta. São duas coisas separadas, uma coisa é a votação do parecer contrário, outra coisa é votar o projeto. Como diz o vereador Gilson, sempre ele me recorda, vamos seguir o Regimento, vamos seguir a ordem das coisas, não é isso, vereador?”. O



vereador Gilson Antônio Marques: “verdade. O senhor me concede um aparte?”. O vereador Leci Alves Campos: “deixa eu só concluir, por favor. Então, é só para deixar claro que o que aconteceu hoje foi a apresentação de um parecer contrário. Então, como é contrário, ele tem que ser votado. Isso é uma fase da votação do projeto. A outra fase é a votação do projeto. Claro, com certeza, que eu mais o vereador Fausto que somos contrários, através do parecer, somos contrários ao Projeto de Lei naturalmente”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu solicitei um aparte”. O vereador Leci Alves Campos: “concedido, vereador”. O vereador Gilson Antônio Marques: “só queria salientar que eu não fiz atropelamento nenhum na votação, eu apenas adiantei a minha opinião sobre o projeto”. O vereador Leci Alves Campos: “não, senhor vereador, não foi dito isso que o senhor atropelou não, muito pelo contrário, reforçou a atenção que o senhor tem pelo Regimento da Casa”. O vereador Gilson Antônio Marques: “só para ficar bem claro. Muito obrigado”. 3) Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente à Proposta Orçamentária 2016: Projeto de Lei nº 1.547/2015, que “Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Nova Lima para o exercício financeiro de 2016”; Projeto de Lei nº 1.548/2015, que “Dispõe sobre a Concessão de Auxílios, Contribuições e ou Subvenções Sociais”; Projeto de Lei nº 1.549/2015, que “Autoriza a Abertura de Créditos Suplementares no decurso da Execução Orçamentária de 2016”; Projeto de Lei nº 1.550/2015, que “Autoriza a Revisão do Plano Plurianual – PPA 2014/2017”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, eu também não tenho esse parecer”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “não tem parecer aqui. Como é que a gente vai votar?”. O vereador Leci Alves Campos: “então, se não tem esse parecer, como é que nós vamos atentar ao mesmo?”. O vereador Flávio de Almeida: “mas vereador, há pouco tempo nós fomos



quase debatidos por estar cobrando. A gente cobrou, vocês estão reclamando agora. Aí não tem... Está vendo, é isso, vereador, que a gente está dizendo”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “é isso”. O vereador Flávio de Almeida: “tem que ter”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “olha só, três pareceres da nossa Lei Orçamentária e não estão aqui”. O vereador Fausto Niquini: “mas já não foi justificada uma pane na máquina? Já foi justificada?”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “mas tem e-mail. Ou não tem e-mail? O e-mail também está estragado? Porque o xerox está estragado, mas será que o e-mail também está estragado?”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente. Eu gostaria, se me permite, que fosse usado o mesmo critério do processo anterior. Já que retirou de pauta o processo anterior, que se retire esse processo da LOA também de pauta”. O Senhor Presidente: “para mim não tem problema nenhum. Não tem problema nenhum. Eu acho que os vereadores, alguns vereadores deveriam prestar mais atenção nos projetos que se encontram na Casa e assinar os pareceres”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “não são todos. Tem vereador aí que está faltando com a obrigação e chega na hora da reunião quer colocar toda a culpa, principalmente, na Presidência”. O vereador Nélcio Aurélio de Souza: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “eu vou retirar...”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente”. O vereador Nélcio Aurélio de Souza: “questão de ordem”. O Senhor Presidente: “eu vou retirar o projeto 1.547 de pauta. Com a palavra, o vereador Gilson Marques, ele pediu primeiro”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu só queria fazer justiça aqui. Eu, por exemplo, tenho cópia dos três pareceres. Eu tive o interesse e tive dúvida quando ouvi falar do projeto, fui lá e busquei, tenho cópia dos três pareceres. Fui lá no Parlamentar, peguei a cópia, li, pedi para a minha advogada consultar se eu podia



ou não assinar, assinei todos os três. Eu tenho cópia dos três pareceres. Eu busquei, mas eu tenho”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “mas o senhor faz parte da comissão”. O vereador Gilson Antônio Marques: “com certeza, mas eu busquei”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “mas é lógico, o senhor é que fez o parecer, o senhor tem mais que ter a cópia”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu busquei”. O Senhor Presidente: “vamos... O vereador tem que pedir aparte, falar paralelo não dá certo, tumultua. O vereador pede aparte que não tem problema, eu fico aqui até de madrugada”. 4) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.555/2015, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Dispõe sobre o fornecimento de repelentes de insetos às gestantes usuárias do Serviço Público de Saúde do Município de Nova Lima”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “Senhor Presidente, questão de ordem. Só para eu contribuir com o trabalho aí. Eu estava tentando, mas o microfone estava desligado. Esses pareceres que não estão na pauta... Eu estou simplesmente contribuindo. Quando acontecer isso, a Sua Excelência fica em dificuldade. Faça como eu fazia, traga para o Plenário e colhe a assinatura na hora, dos vereadores. Estou fazendo uma sugestão. Porque ele não está aí porque os vereadores não assinaram, no Plenário eles vão assinar. E só registrar, que a Sua Excelência falou das comissões, eu não faço parte de nenhuma comissão na Casa, não é isso?”. O Senhor Presidente: “sim”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “obrigado”. O Senhor Presidente: “eu quero dizer que as comissões têm um prazo para dar os pareceres, dificilmente se entrega dentro do prazo. Então, é muito fácil chegar aqui e criticar. Dificilmente, é a coisa mais rara aqui na Câmara. Ela tem um prazo fixado para as comissões. Tem comissão que fica aí... Ela tem me parece o prazo de três dias, fica um mês, dois meses. E eu, de agora para frente,



eu vou destituir a comissão, eu vou fazer isso. Eu estou muito democrático aqui na Câmara e o pessoal, não são todos os vereadores, então às vezes, tem uns irresponsáveis que não cumprem com a sua obrigação e eu fico esperando, tentando, o tempo todo”. Dando continuidade, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) O Senhor Presidente: “por deliberação plenária, coloco o Projeto de Lei nº 1.556/2015, autoria do Poder Executivo, que “Revoga a Lei Municipal nº 2.423, de 09 de maio de 2014, cria a Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e o Fundo Municipal da Pessoa Idosa” em sua primeira votação. Em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, dez votos”. Em segunda votação, o Projeto de Lei nº 1.556/2015 foi aprovado por dez votos e encaminhado à sanção; 2) O Senhor Presidente: “por deliberação plenária coloco o Projeto de Lei nº 1.559/2015, autoria do Poder Executivo, que “Altera parcialmente a Lei Complementar nº 2.514, de 20/08/2015, e dá outras providências” em sua primeira votação. Em discussão, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, dez votos”. Em segunda votação, o Projeto de Lei nº 1.559/2015 foi aprovado por dez votos e encaminhado à sanção; 3) Projeto de Lei nº 1.544/2015, autoria do vereador Flávio de Almeida, que “Cria o Setor da Inteligência da Guarda Civil Municipal”. Em primeira votação, aprovado por dez votos. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, que o Senhor consultasse o Plenário e colocasse na segunda votação também, por gentileza”. O Senhor Presidente: “consulto o Plenário e coloco em votação a dispensa de interstícios e segunda votação do Projeto de Lei nº 1.544/2015, autoria vereador Flávio de Almeida, que “Cria o Setor da Inteligência da Guarda Civil Municipal”. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, dez votos. Por deliberação plenária, coloco o Projeto de Lei nº



1.544/2015, autoria do vereador Flávio de Almeida, que “Cria o Setor da Inteligência da Guarda Civil Municipal” em sua segunda votação. Em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado por dez votos. Encaminhado o Projeto de Lei nº 1.544/2015 à sanção”. 4) Projeto de Lei nº 1.545/2015, autoria do vereador Flávio de Almeida, que “Dispõe sobre o direito à dispensa do Registro de Ponto Biométrico pelos Guardas Cíveis Municipais de Nova Lima”. Em primeira votação. Em discussão, o vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, eu queria que o Senhor consultasse o Plenário... Primeiramente, boa noite a todos. Quero registrar a presença do ex-vereador Tim nesta Casa. Queria que o Senhor consultasse o Plenário se podia entrar com uma emenda incluindo os motoristas também, inclusive os de ambulância”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, eu gostaria...”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Flávio de Almeida”. O vereador Flávio de Almeida: “é porque nesse exato momento desta votação...”. O Senhor Presidente: “é incabível”. O vereador Flávio de Almeida: “não cabe a emenda. Nesse momento já não cabe mais a emenda, é só por isso. Mas podemos fazer um projeto depois com o apoio desta Casa, a gente... Isso. Não. A gente faz um outro projeto”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “sem problemas, vereador”. O vereador Flávio de Almeida: “porque o projeto é específico, por favor”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “ok, sem problemas”. O Senhor Presidente: “esse projeto é específico para a Guarda. Os vereadores que se interessarem poderão no decorrer da semana fazer”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “inclusive, vereador, quero te parabenizar por este projeto. Pedi para incluir os motoristas de ambulâncias também porque é a mesma coisa que os guardas municipais passam. Está numa ocorrência, está em bairros distantes, tem que vim embora bater cartão porque o Executivo não paga



hora-extra. Então, parabéns pelo projeto. Eu pensei exatamente nos motoristas de ambulância também, ficam em hospitais, em clínicas e tem hora que têm que largar o paciente porque têm que vim bater cartão, eu nunca vi isso. Então, parabéns, vereador”. O vereador Flávio de Almeida: “obrigado. É porque a Guarda tem uma lei específica, não é? Aí não permite essas emendas no interior do projeto”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “depois eu entro com um projeto, obrigado. Obrigado, Presidente”. Em primeira votação, o projeto foi aprovado por dez votos. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, eu gostaria de aproveitar o momento, o Senhor consultar o Plenário e já colocar na sua segunda votação, por gentileza”. O Senhor Presidente: “consulto o Plenário e coloco em votação a dispensa de interstícios e segunda votação do Projeto de Lei nº 1.545/2015, autoria do vereador Flávio de Almeida, que “Dispõe sobre a aplicação e divulgação periódica de pesquisa de satisfação junto aos usuários do Sistema Municipal de Saúde e dá outras providências”. O vereador Flávio de Almeida: “não, não, não”. O Senhor Presidente: “hein?”. O vereador Flávio de Almeida: “não”. O vereador Fausto Niquini: “esse projeto é meu, Senhor Presidente”. O vereador Flávio de Almeida: “é o 1.545, é o mesmo que o Senhor leu anterior”. O Senhor Presidente: “houve um equívoco aqui”. O vereador Flávio de Almeida: “é; só um equívoco”. O Senhor Presidente: “obrigado, vereador. Está fora de ordem aqui. Houve um probleminha aqui. Consulto o Plenário e coloco em votação a dispensa de interstícios, segunda votação do Projeto de Lei 1.545/2015, autoria do vereador Flávio de Almeida. Em sua primeira votação, em discussão”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente. Eu queria aproveitar porque eu não vou ficar para a terceira parte, que é requerimento, e agradecer a cada vereador pela disposição e pelo voto em favor da Guarda. E, em nome da Guarda Civil Municipal, a gente agradece a Casa esse esforço



que vocês estão fazendo para favorecer o atendimento de ocorrências na cidade de Nova Lima. Muito obrigado”. O Senhor Presidente: “eu gostaria de parabenizar o senhor, que eu sei do sacrifício do Guarda Municipal, sou testemunha da luta, há anos que o senhor vem defendendo nesta Casa. O senhor está de parabéns”. O vereador Flávio de Almeida: “obrigado”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “Senhor Presidente”. O vereador Flávio de Almeida: “agora é a segunda”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “Senhor Presidente, questão de ordem”. O Senhor Presidente: “questão de ordem, vereador Nélio Aurélio”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “antes de o Senhor entrar em requerimento, parece que vai entrar agora”. O vereador Flávio de Almeida: “agora é a segunda votação”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “tem duas ainda? Tá, obrigado”. O vereador Flávio de Almeida: “e ainda tem um projeto de Fausto”. O Senhor Presidente: “em sua segunda e última votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, dez votos. Encaminhado o Projeto de Lei nº 1.545 à sanção”. 5) Projeto de Lei nº 1.546/2015, autoria do vereador Fausto Niquini Ferreira, que “Dispõe sobre a aplicação e divulgação periódica de pesquisa de satisfação junto aos usuários do Sistema Municipal de Saúde e dá outras providências”. Em sua segunda e última votação, aprovado, dez votos. Encaminhado à sanção. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “questão de ordem. Eu vou fazer, Senhor Presidente, se o senhor me permite, porque teve uma pessoa em meu gabinete hoje e eu não tenho nenhum requerimento na Casa, só fazer o registro aqui da dona Maria Helena, que você deve conhecer, me procurou, do coral. Não é isso? É Maria Helena que ela chama? Do Coral Jambreiro. Pedindo pelo amor de Deus, eu não vou fazer nem requerimento, eu vou entregar isso ao prefeito. Pedindo, pelo amor de Deus, que pelo menos saia cinco mil para o coral. O que que pode se falar dele? Muita



coisa, não é? Você conhece mais do que eu. E fazer também... Eu não vou fazer requerimento, só estou fazendo um registro que eu vou levar para o prefeito amanhã, da Coopernova também, para ele ter uma complacência com esse povo aí, porque eles precisam receber alguma coisa, senão vai acabar passar o Natal em branco. Só fazendo um registro. Obrigado, Presidente”. O Senhor Presidente: “eu convidaria o vereador Leci para substituir o vereador Silvânio Aguiar na Secretaria por alguns minutos”. O vereador Leci Alves Campos: “eu só quero fazer um comentário antes, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “com a palavra, o vereador Leci Campos”. O vereador Leci Alves Campos: “vereador Nélio, a Associação Cultural Jambreiro, cuja responsabilidade é da senhora Maria Helena, ela foi aprovada na Chamada Pública da Secretaria de Cultura, contudo, a Secretaria de Cultura não fez nenhum repasse de subvenção. Aliás, foram repassados de pessoas que não foram qualificadas na Chamada Pública, estamos levantando isso. Mas, no caso do coral, foi aprovado sim e não recebeu até hoje. Então, tomara que o prefeito sensibilize e faça o repasse”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “obrigado, vereador”. O Senhor Presidente: “obrigado, vereador Leci Campos. O vereador Silvânio Aguiar assumiu a Secretaria”. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos: 1) Do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: Requer que esta respeitosa Casa envie moção de aplausos à Escola Municipal José Francisco da Silva, em nome da Diretora Sra. Vanessa Andrade e Professora Vânia Oliveira de Jesus, pela brilhante participação na OBA - Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica. E outra aos alunos medalhistas da escola na OBA, na forma que se segue abaixo: Ingrid Silva Cruz – Medalha de Prata; Ingrid Gabriele Amorim – Medalha de Bronze; Ludmila Pereira Machado – Medalha de Bronze; Kauã Augusto – Medalha de Bronze; Luan Henrique Damião – Medalha de



Bronze; Maria Eduarda Firmino Gomes – Medalha de Bronze; Yann Lucas Ladeira Santos – Medalha de Bronze. Aprovado, oito votos. 2) Do vereador Silvânio Aguiar Silva: Requer ao Chefe do Executivo Municipal que seja implementado o Decreto Municipal de nº 3.584, de 04 de janeiro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos a serem tomados para adoção de medidas de vigilâncias sanitárias e epidemiológicas, voltadas ao controle de doenças ou agravos à saúde, com potencial de crescimento ou de disseminação que representem risco ou ameaça à saúde pública, no que concerne a indivíduos, grupos populacionais e ambiente. Em discussão, o vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, a gente vem colocando essas questões relacionadas à dengue e à toda questão que esta traz para a nossa comunidade e eu descobri que tem um Decreto de 2011, e que este Decreto não é cumprido, ou seja, em alguns casos, é possível que o poder público entre nas casas, mesmo sem a permissão do dono da casa. E a gente vê casos em Nova Lima em que lotes vagos, situações que o poder público não consegue, de fato, chegar. Então, esse nosso requerimento é simples, é apenas para que o poder público cumpra o papel dele, que é de fiscalizar esses lotes vagos, esses terrenos baldios e terrenos até da prefeitura mesmo. Essa semana eu tive... Aliás, esse especificamente, não é da prefeitura. Mas, essa semana, eu estive acompanhando lá a questão da ACM, que está cheia de focos de dengue. Para todo lado lá tem foco de dengue e, infelizmente, a gente não consegue entrar lá dentro. Eu já ia falar prefeitura porque aquilo estava com a prefeitura, se o Decreto que o prefeito assinou estiver valendo, aquilo ainda é prefeitura, se não estiver valendo, que o poder público possa, de fato, fazer cumprir esse Decreto aí. Muito obrigado, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “pediria o autor do requerimento que verificasse na prefeitura se aquele prédio continua sendo alugado pela prefeitura. E quero dizer que a prefeitura faz



diversas propagandas aí sobre o mosquito da dengue e outros casos e há mais de trinta anos a prefeitura, não só o prefeito Cassinho, não soluciona o problema dos carros lá na avenida. Isso é um absurdo. Sempre disse isso aqui, umas dez vezes, já morreu uma jovem que morava no predinho, com dezesseis anos, com a dengue hemorrágica. Aí falaram que ali não há foco. A prefeitura, numa reunião do cineminha, a representante da prefeitura teve a falta de, vou dizer assim, até de caráter de falar que aquilo ali não é um foco da dengue. Então, a prefeitura cobra da população, cobra muito, faz propaganda todo dia, mas ela não cumpre com a sua obrigação. Eu pediria ao senhor que verificasse o mais rápido possível, se realmente ainda continua alugado para a prefeitura”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “se me permite, Senhor Presidente, eu já consigo dar esta resposta”. O Senhor Presidente: “perfeitamente”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “na verdade, não. Aquele prédio não está mais alugado pela prefeitura, conferi isso lá com a administração, com a Secretaria de Administração. Existe sim um Decreto de Utilidade Pública, e é a ele que eu me refiro aqui, que esse Decreto de Utilidade Pública declara aquele prédio como de utilidade pública. E é por isso que eu disse assim, se o Decreto estiver valendo, a prefeitura tem toda possibilidade de entrar lá e fazer a limpeza daquilo tudo que a gente percebe lá. Se o Decreto não estiver valendo, aí é outro assunto, tem que... Mas o aluguel não está sendo pago, com toda a certeza”. O vereador Leci Alves Campos: “vereador Silvânio”. O Senhor Presidente: “eu estou naquele bairro todos os dias de minha vida e se o Decreto não está valendo foi recentemente. E aquela piscina ali é a maior imundice. A vida toda, desde que fechou a ACM, aquela piscina ali é uma imundice e a prefeitura nunca tomou providências. E é de estarrecer que a prefeitura alugou e continuou pior”. O vereador Leci Alves Campos: “vereador Silvânio”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Leci Campos”. O



vereador Leci Alves Campos: “com relação aos focos de dengue, nós temos até que dar bastante tubo de repelente para o vigia lá do pátio de apreensão de automóveis, que ele está num risco altíssimo”. O vereador André Vieira: “questão de ordem, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “questão de ordem, vereador André Vieira”. O vereador André Vieira: “só com relação a esse caso lá da ACM, não é a prefeitura entrar e limpar não. É multar, obrigar a pessoa... Se não existir, vou até pesquisar em relação a isso, porque se não existir uma forma de multar, principalmente... Fala... Então, porque aí a gente pode criar uma coisa mais pesada porque, realmente, é um negócio sério e a responsabilidade ali é do proprietário”. Requerimento aprovado por oito votos. 3) Do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Senhor Presidente envie moção de pesar à família enlutada da Sra. Eliana Aparecida dos Santos, em nome de sua mãe, Sra. Maria do Carmo Reis Santos, residente e domiciliada à Rua Doutor Antonino Fonseca Jr., 105, Bairro Rosário em Nova Lima. Aprovado, oito votos. 4) Do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Senhor Presidente envie moção de pesar à família enlutada da Sra. Margarida Rodrigues Carvalho, em nome de seu filho, Sr. João Alves Carvalho, residente e domiciliado à Rua Professor Aldo Zanini, 141, Bairro Quintas em Nova Lima. O Senhor Presidente: “eu pediria o vereador Leci Campos se eu puder assinar, que eu sou grande amigo da família há anos”. O vereador Leci Alves Campos: “perfeitamente”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “Senhor Presidente, eu gostaria de solicitar também ao vereador Leci Campos, o João é um grande amigo, que eu assinasse com o senhor este requerimento”. O vereador Leci Alves Campos: “perfeitamente”. Requerimento aprovado por oito votos. 5) Do vereador Gilson Antônio Marques: Requer que esta augusta Casa envie moção de aplausos ao jovem Daniel Rodrigues Corrêa. Aprovado, oito votos. 6) Do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Senhor



Presidente envie moção de pesar à família enlutada da Sr. Walter Alves Nazareth, em nome de sua esposa, Sra. Marli Alves Nazareth, residente e domiciliada à Rua Maestro Vilela, 79, Bairro Centro em Nova Lima. Aprovado, oito votos. 7) Do vereador José Guedes: Requer à Mesa Diretora seja organizada homenagem ao POC (Projeto Oficial Criança). Em discussão, o Senhor Presidente: “eu gostaria de dizer que a entidade POC que existe em nossa cidade há quatorze anos, levando o nome de Nova Lima a várias cidades e, inclusive, por várias vezes, representou Nova Lima em Brasília. Essa entidade é uma entidade séria, que tem como carro chefe o futsal, mas existe a dança, a capoeira, o xadrez. E a garotada de Nova Lima tem levado o nome de Nova Lima aos quatro cantos do Brasil, posso dizer assim”. Requerimento aprovado por dez votos”. 8) Do vereador José Guedes: Requer ao senhor prefeito que seja proibida a descida de caminhões sentido trevo do Supermercado BH em direção ao Espaço Cultural. Em discussão, o vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente. Eu só queria lembrar ao Senhor que lá já existe essa proibição, está faltando é fiscalização. Essa lei já existe e já está até sinalizado, o que está faltando lá é fazer cumprir a lei. Por tal fato, eu vou me abster dessa votação porque ela é repetida, só por isso. Obrigado”. O Senhor Presidente: “eu quero dizer que este é o segundo requerimento meu. Estou chamando a atenção não somente do Cassinho, dos prefeitos anteriores. Vários acidentes já aconteceram ali e a prefeitura não toma as devidas providências, e com mortes fatais. A morte... A vida, não é? Foi-se um pai de família, poderia ter sido mais grave. Infelizmente, volto a dizer, os vereadores não são ouvidos. Eu até fico desanimado em fazer requerimento nesta Casa, mas eu gostaria de registrar, mais uma vez, para que a prefeitura realmente fizesse fiscalização naquele local, porque o dia que, por exemplo, um ônibus lotado de crianças, principalmente escolares, perder



o freio, vai ter uma catástrofe aqui em Nova Lima. Então, que o Cassinho chamasse o pessoal do trânsito e tomasse atitudes, porque no dia do pagamento se atrasar vinte e quatro horas, eles vão e reclamam, mas estão lá na boca do caixa. Eles têm que prestar serviço, principalmente no local que poderá acabar com várias vidas do nosso... Pai de família, uma criança. Então, eu fico pensando com os meus botões, não é só ir na boca do caixa e pegar o pagamento, receber, ter os benefícios. Então, eu acho, principalmente no trânsito, é muito fraco, não são todos, principalmente aqueles que comandam o tráfego aqui em Nova Lima. Eu pediria aos vereadores que votassem neste requerimento e que o prefeito tomasse as devidas providências e...”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Presidente”. O Senhor Presidente: “isso vem, não nesse mandato, vem lá de trás, desde quando foi construída aquela avenida. Questão de ordem, vereador Gilson Marques”. O vereador Gilson Antônio Marques: “queria sugerir ao Senhor que mudasse, então, o requerimento para que o Executivo cobrasse a fiscalização, tanto no âmbito municipal quanto estadual, porque ali tem a participação também da polícia. Porque, ratifico a minha posição aqui, a lei já existe, a placa já está lá, a sinalização já está lá, ela apenas não é obedecida. Então, não é fazer requerimento para que se proíba o trânsito de caminhões lá, é fazer requerimento para que se faça cumprir a lei que já está imposta lá. Eu queria que o Senhor...”. O Senhor Presidente: “eu estou chamando a atenção aqui que é o segundo requerimento que eu faço nesse sentido e não me foi ouvido. Então, eu aceito a sugestão do senhor, vou colocar em votação, os vereadores que concordam com o meu requerimento com a solicitação do vereador Gilson Marques permaneçam como estão”. O vereador Gilson Antônio Marques: “obrigado”. Requerimento aprovado por oito votos. 9) Do vereador Silvânio Aguiar Silva: Requer ao Chefe do Poder Executivo intervenção na Rua Cinco, no



entroncamento com a Rua José de Oliveira, no Bairro Bela Fama para a captação, coleta e escoamento de águas pluviais. Aprovado, oito votos. 10) Do vereador Silvânio Aguiar Silva: Requer que esta Casa encaminhe ao Corpo de Bombeiros uma solicitação de vistoria nas escolas municipais, priorizando o acompanhamento da rede elétrica com fios expostos. Em discussão, o vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “eu gostaria...”. O vereador Leci Alves Campos: “é só para ilustrar o requerimento do vereador Silvânio. Aconteceu um acidente relacionado ao que você disse, numa escola municipal, onde uma criança ficou agarrada na estufa de alimentos, na cozinha, onde ficam armazenadas as refeições. Colocou a mão lá e ela ficou agarrada, e a professora foi para tirar a criança, também ficou agarrada. Foi onde a funcionária desligou a tomada e aí as duas, desligaram lá e separaram. Contudo, deve ficar um trauma na criança e ela ficou muito nervosa e a gente, tendo essa manutenção que o senhor citou aí, nessa parte toda elétrica, a gente vai evitar esse tipo de acidente”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente. O vereador Leci Alves Campos: “ela chegou a ficar internada. Vereador Silvânio, conforme afirmação do vereador Fausto, a criança chegou a ficar internada. É isso aí”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “obrigado, senhor”. O Senhor Presidente: “eu quero dizer que sobre aquele quadro lá no CAIC, tudo o que vereador requer, a gente solicita, eu já solicitei há tempos. Aquilo não custa dinheiro, é um reparo, a prefeitura tem cinco mil empregados, é isolar. Eu já fui na prefeitura e conversei. Está esperando que uma criança morra com choque elétrico? Volto a frisar, na prefeitura é muito come e dorme. Então, a gente fica chateado. Isso não é... Às vezes não é... O prefeito vai olhar quadro de energia? A pessoa que é responsável pela elétrica da prefeitura que tem que tomar... Porque isso já foi avisado, as professoras já reclamaram. Estão esperando morrer alguém lá, alguma criança,



alguma professora. Isso é há anos que está lá. Então, isto não tem custo não. Custo tem é a vida”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, esse meu requerimento diz respeito ao corpo de bombeiros porque com relação à prefeitura, eu já sei que não adianta. Me perdoa, vereadora Ângela que, com certeza, é atenta a essas questões, mas esse pedido já foi feito por várias e várias vezes. Segundo as diretoras, o Jacó vai lá, ele sabe da necessidade da manutenção, mas toda vez a desculpa é a mesma: ‘não, nós não temos condição ainda de estar fazendo e tal e a gente vai fazer’. Só que aqui a gente está mexendo com vida dos nossos filhos. Até o ano passado, a minha filha estudava na escola Emília de Lima e pode ser filha de qualquer outro. A filha do pastor também estudou lá, não é, André? Pode ser filho de qualquer outro. Então, eu peço ao corpo de bombeiros porque aí precisa de uma intervenção. E aí é um requerimento que é meio capcioso mesmo. É no sentido de o corpo de bombeiros ir lá e interditar aquilo, para a prefeitura tomar uma providência com relação a estas questões. Olha, na escola de Honório Bicalho, os banheiros não têm porta. Os banheiros não têm porta. O menino entra para o banheiro e ele não consegue usar, por exemplo, fazer as necessidades dele porque não tem porta lá no banheiro. Então, eu estive com uma mãe, isso não foi diretora que me falou não, eu estive com uma mãe, e a mensagem está aqui, que ela reclama que o menino dela chega em casa no maior aperto porque ele não consegue usar o banheiro da escola. A escola também do Jardim Canadá, a mesma coisa. Fizeram uma obra bacana, tem uma passarela de todo tamanho, os meninos não podem subir na passarela. A passarela está lá, foi pronta, feita a toque de caixa para inaugurar, e a passarela não pode ser usada. Então, às vezes, o prefeito fica chateado de a gente estar reclamando aqui, mas são coisas simples. São coisas que as diretoras estão acostumadas a fazer a requisição, a solicitação da manutenção e que, infelizmente, a administração



não toma providência nenhuma. Banheiro de escola sem porta é um absurdo. Escola caindo teto, correndo o risco de cair encima da cabeça de um menino, é um absurdo. E o que é pior, solicitam... O Senhor falou que a prefeitura tem cinco mil funcionários, que tivesse mil. Solicitam o serviço e, infelizmente, a administração diz que não tem como fazer porque falta material. Então, falta desde o papel higiênico até a manutenção das escolas. Gente, eu pergunto para quem está em casa, onde está indo o dinheiro de Nova Lima? É um absurdo você ver uma escola numa situação dessas. Ainda que a gente perceba, igual na audiência pública aqui, o prefeito dizendo e eu concordo com ele, graças a Deus, a qualidade do ensino está muito boa, mas está boa em função da vontade, da boa-vontade dos professores que têm feito isso. Porque se depender do cafezinho, do papel higiênico, do material de limpeza, do material didático, que esse ano foi uma porcaria, infelizmente as crianças não teriam essa nota bacana que, segundo informações aí, deixa Nova Lima num patamar muito bacana. Eu fico pensando, coitado de quem mora, vereador Leci, em Ribeirão das Neves, que é a cidade mais pobre de Minas, a terceira do Brasil, eu fico imaginando como é que é o IDEB dessa escola. Aquele medidor de sinal lá não deve ter caminho porque se Nova Lima está assim, imagina Ribeirão das Neves. Então, a minha solicitação não é mais para o prefeito porque, infelizmente, o prefeito não vai responder nem vai dar atenção para isso. A minha solicitação é para que a gente encaminhe, e eu faço isso pessoalmente, se precisar, para o corpo de bombeiros para que o corpo de bombeiros faça uma vistoria nessas escolas e não deixe os nossos filhos passarem um dia inteiro no hospital, conforme informação do vereador Fausto Niquini, que eu nem sabia disso, é uma informação a mais, do vereador Leci Campos também. Muito obrigado, Senhor Presidente. Muito obrigado, nobres pares”. Requerimento aprovado por oito votos. 11)



Do vereador Gilson Antônio Marques: Requer que o Exmo. Senhor Prefeito Municipal, Cássio Magnani Júnior, providencie junto às Secretarias competentes projeto de lei para a regularização dos loteamentos de nossa cidade. Em discussão, o vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente. Só queria fazer um relato sobre esse requerimento. Há pouquíssimos anos atrás, nossa cidade era uma cidade mais limpa, mais tranquila em termos de habitação, loteamento, etc. e tal. Se um empresário hoje quer fazer um condomínio, até ele vender o primeiro lote, ele gasta o preço de quase cem para colocar as coisas em dia. Aí aparece um monte de picaretas aí, invade um pedaço, vende lote, o coitado não tem conhecimento, compra, vai fazendo favela na nossa cidade para tudo quanto é lado e o Poder Executivo fecha os olhos. Depois fica lá aquele troço sem água, sem esgoto, esgoto no meio da rua, no escuro, marginalidade crescendo, afeta quem pagou imposto direito, beneficia quem não pagou. As pessoas entram aí na Caixa Econômica Federal, compra um apartamento em trinta anos, deixa de comer para pagar o apartamento e o cidadão mora lá por vinte reais, que ele paga no lote. Então, eu faço esse requerimento para que o Executivo providencie o mais rápido possível a criação de uma lei que regulamente esses loteamentos que são vendidos por pessoas que têm a propriedade, mas que não legalizam, e que também ele arranje um jeito de legalizar ou desapropriar esse monte de invasão que está chegando aí na nossa cidade todo dia. Muito obrigado”. Requerimento aprovado por oito votos. 12) Do vereador Silvânio Aguiar Silva: Requer ao Chefe do Executivo Municipal o recapeamento asfáltico nas ruas Rio Doce, Rio Tietê, Argemiro Júlio e Rio Jurema no Bairro Bela Fama. Em discussão, o vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, esse requerimento já estava pronto e eu estive conversando com o vereador Gilson, hoje, que fez alguns comentários com relação a essas ruas específicas aí, mas para quem



não conhece, isso é no Bairro Bela Fama, quando a administração ainda em tempo que tinha uma condição financeira um pouco melhor, ela licitou aquela obra e começou de fato e de verdade fazer aquela obra, primeiro na parte lá de cima, da Rua 05, depois, mais no final, já perto da igreja ali, teve que fazer uma grande modificação no trânsito lá do nosso bairro. Daí, as ruas que estavam preparadas e que foram planejadas para receber o trânsito de veículos leves e o trânsito de pessoas, elas ficaram totalmente deterioradas. E aquilo que a gente pensava que seria uma solução para o Bairro Bela Fama, infelizmente, virou um problema e um grande problema. O resultado é que não terminaram as obras por razões justificadas, eu acredito que se a prefeitura tivesse verba suficiente, o prefeito continuaria com aquela obra, mas por razões justificáveis, a obra não terminou e as outras ruas adjacentes ali estão um caos. Tem alguns lugares aí no Bela Fama que é difícil andar a pé. Como passaram lá ônibus, carros pesados, então, o esgoto está estourando. A prefeitura vai lá, com o pouco que tem e faz um remendo. Aquele remendo vira uma cratera porque eles não têm asfalto para cobrir o remendo que fez. A Copasa vai lá, porque o trânsito estava pesado também, o vereador sabe disso, porque já trabalhou com isso, vai lá, remenda um cano, daí a pouco aquilo vira um buraco. Com as chuvas agora, está impossível andar no Bairro Bela Fama. E o que é pior, Senhor Presidente, fizeram um acordo com um proprietário de um terreno, que eu não sou contra ele, eu acho que ele é certo, o terreno é dele, ele tem mais é que cercar mesmo. Mas fizeram um acordo de desapropriação com o proprietário de um terreno, abriram uma rua, colocaram aí... Como diz o vereador Gilson, colocaram o doce na boca das pessoas, melhoraram a rua, não pagaram o proprietário, ele foi lá e cercou o lote dele e as pessoas não conseguem nem passar naquele lugar. Então, infelizmente... Eu não sei, assim como o Senhor de vez em quando fala aqui, eu não sei se é alguma



coisa com o vereador ou se é, realmente, o prefeito que tem um descaso muito grande com o Bairro Bela Fama. É uma vergonha ver aquilo acontecer com o meu bairro, com o bairro que eu vi crescer e o que é pior, com o bairro que elegeu esse prefeito, vereador por várias vezes, não foi uma nem duas não. O Cassinho ganhou eleição no Bela Fama não foi uma nem duas vezes não. A vida toda ele ganhou eleição, e pode me corrigir qualquer um que estiver aqui dentro, ele ganhou eleição dentro do Bela Fama e dentro do Galo e agora anda lá, anda lá para o senhor ver o que virou aquele bairro. É uma vergonha. Eu fico muito triste de ter que fazer este tipo de relato aqui, mas é a verdade do meu bairro, infelizmente. Muito obrigado, Senhor Presidente”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “eu gostaria de...”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu fui citado”. O Senhor Presidente: “pode usar da palavra”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu queria compactuar com parte da fala do nobre colega, mas também dizer que eu fui procurado pelo Paulo Pires, que é quem fez a obra lá, e essa informação do lote, segundo Paulo Pires, está equivocada. O lote não foi desapropriado, o lote foi alugado para o canteiro de obra da empreiteira que, com a paralização da obra, ele devolveu o lote e o cara retomou a cerca e a população entende que uma vez aberta a via, não poderia ter sido fechada. Então, há um impasse aí, mas na realidade... O senhor, por gentileza, cheque direito, o lote foi alugado, não foi desapropriado, ele foi devolvido, uma vez com a paralização da obra. Conversando com o Prefeito que também recebia essas demandas, ele me disse que está pegando aí um resquício de dinheiro que sobrou da barragem do governo federal, parece que algo em torno de cinco milhões de reais, ainda tem de crédito lá, e está negociando com a Caixa a transferência desse dinheiro para aplicar no restante das obras da Bela Fama. Se é verdade ou se é mentira, é dele não é minha, eu



estou dizendo o que eu ouvi dele. Acredito que seja verdade, pois ele me falou de uma maneira muito serena e ele disse que está prestes a acontecer, no máximo agora, princípio de janeiro, vai acontecer. Também fiz um contato lá na Secretaria de Obras, está com uma dificuldade tremenda como o senhor disse, mas eles conseguiram lá dois caminhões de asfalto que vai pelo menos fazer um tapa buraco lá nos próximos dias. Acredito que ainda essa semana, segundo previsão, se parar de chover, porque se estiver chovendo também, coloca o asfalto de manhã e de tarde ele está todo arrancado e o buraco continua maior ainda. Então é só para esclarecer aí e contribuir”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “vereador, o senhor me concede um aparte?”. O vereador Gilson Antônio Marques: “toda”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu estou recebendo uma informação do nosso Secretário de Habitação que não são só cinco milhões que estão lá para serem transferidos, são nove milhões. Então, eu acredito que realmente você o vereador Silvânio Aguiar vão conseguir resolver realmente os problemas das ruas lá da Bela Fama”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “senhor vereador, eu agradeço a contribuição do senhor e eu acredito no que o senhor está me falando. A informação que eu estou passando aqui, ela foi passada pelo prefeito na época em que ele assinou o termo de, vamos dizer assim, autorização, não é? A ordem de serviço para aquela obra. Ele pediu à gente que chamasse a população, igual normalmente ele faz e eu acho que é correto isso, e ele fez uma apresentação em que ele passou esta informação para a população de que aquele terreno estava sendo desapropriado. Mas o senhor tem toda razão, aquele terreno foi alugado sim que eu sei do valor, eu sei tudo certinho, eu conversei isso com Paulinho, mas teoricamente aquele terreno estaria sendo desapropriado e aquilo ali, vereador, é o que o senhor vive falando aqui. Eu acho bacana o vocabulário que às vezes o senhor usa porque ele é bem popular



mesmo, é colocar o doce na boca do menino e tirar, porque você faz uma rua daquela que dá acesso para a rua principal do bairro ali, o Bela Fama antigamente quando não existia o Nossa Senhora de Fátima, era um bairro que passava pouco carro ali, era pouca coisa, eu morava ali, a gente brincava na rua. Só que hoje com o Nossa Senhora de Fátima, não tem acesso, o bairro não tem acesso. Quando fez aquela rua ali, nós falamos assim ‘puxa vida, resolveu o nosso problema’, aí eles vão lá e fecham. Com relação aos nove ou aos cinco milhões, qualquer uma das duas situações que são interessantes e que ajudam, mas não resolvem o problema, porque o Paulinho estava falando em algo de... Para aquele pedacinho de obra que foi feito, ele estava falando em algo, que se ele recebesse alguma coisa em torno de quinhentos mil/mês, que ele conseguia dar andamento na obra e ir fazendo devagarzinho e que ele faria a obra. Mas o senhor pensa bem, se ele fez aquele dois pedaços, eu, sinceramente não sei qual que foi o valor daqueles dois pedacinhos de obra. A obra está licitada, a princípio em dezenove milhões. Cinco milhões não fazem cócega e nove milhões talvez resolva metade da obra. Porque se fizer só a captação de água lá embaixo e não fizer, não coletar a água, a água pluvial, não é? Nas ruas que são as ruas das decidas ali do Nossa Senhora de Fátima. O senhor trabalhou, o senhor foi Secretário de Obras, o senhor sabe disso, não vai resolver o problema. O senhor anda na rua principal do Nossa Senhora de Fátima, que é aquela bem íngreme, ela é toda quebrada porque não tem jeito. Então, precisa de recuperar aquelas ruas todas. Eu acredito que cinco milhões ou nove milhões vão nos ajudar muito. Eu sei e entendo que é o que é possível fazer nesse momento, mas que vai ainda ficar devendo muito para o tanto de tempo que Nossa Senhora de Fátima, Bela Fama e aquela região toda esperou por algum tipo de obras e esperava tanto com a eleição desse prefeito”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu cedi uma parte, ainda



estou com a palavra. Eu concordo com o senhor. Eu acho que cinco milhões não dão, mas pelo menos resolve o que estragou lá. E o dia que ele disse que desapropriou lá, ele devia estar meio pirocado da cabeça, ele anda com esse tanto de problema da cidade, ele deve estar meio pirocado, por isso. Aquilo lá realmente foi alugado”. O Senhor Presidente: “eu quero dizer que o vereador Silvânio está completamente certo. Seis mandatos de Cassinho, eu acompanhei com o Cassinho aqui. Eu... Ele foi majoritário em todos os seus mandatos lá na Bela Fama, mas que é majoritário de noventa por cento dos votos. Eu ia lá, batalhava e todo mundo lá votava com o Cassinho. Cassinho tinha uma força tremenda lá. Espero que ele resolva o problema daquele bairro lá, não pelo fato de ele ter sido o majoritário, mas pelo fato que eu passo lá, eu fico estarecido com o que está acontecendo lá. Nós temos que parar, os vereadores, nós temos que parar com esse negócio que a prefeitura não tem dinheiro, a prefeitura tem dinheiro sim, trinta e cinco milhões é uma bela de uma arrecadação. Então, eu não posso concordar, a maioria dos vereadores aqui ‘ah, no CAIC estão precisando de uma instalação elétrica adequada e não tem dinheiro’. Então eu, não vou alongar, eu quero dizer que trinta cinco milhões é uma das melhores arrecadações de Minas Gerais. Requerimento aprovado por votos.

13) Do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: Requer ao Senhor Prefeito Municipal, junto à Secretaria Municipal responsável, a listagem completa das empresas instaladas no município que fazem uso de dedução fiscal através das leis: Lei Estadual de Incentivo à Cultura, de nº 17.615, de 04 de julho de 2008 e da Lei Federal Rouanet nº 8.313, de 23 dezembro de 1991, ambas de incentivo à cultura. O vereador Leci Alves Campos: “senhor vereador, o senhor me permite fazer um comentário?”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “sim. Sim vereador”. O Senhor Presidente: “em discussão o requerimento. Em discussão”. O vereador Leci Alves Campos: “é sobre o



requerimento”. O senhor Presidente: “está em discussão”. O vereador Leci Alves Campos: “a Lei Estadual de Incentivo à Cultura ela disponibiliza um recurso através do mecenato de imposto estadual em benefício à Secretaria de Cultura, através de atividade dela, não de ONG, não de OSCIP, não de outra unidade. No caso de Nova Lima, quem fazia não faz mais, a lei estadual, é a Usiminas que prestava um serviço para a Casa Aristides e a Lei Rouanet foi utilizada para a restauração do Cine Ouro, através da Vale, e também o recurso já foi prestado conta, a parte do mecenato do imposto através da Lei Rouanet também já foi concluída. Então, são esses os dois grandes benefícios. E a Lei Rouanet já participou, no passado, com a reforma do teatro municipal, que foi em outra gestão, o projeto também já foi concluído. Então, no caso aí das OSCIP’s, das ONG’s, elas tem que ser beneficiadas é através da lei de subvenção. Então, quando nós formos votar agora a lei de subvenção, nós temos que ficar atentos é ao valor disponibilizado para a cultura, para saber se vai ser suficiente para passar o recurso para elas”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “vereador Leci, por isso que eu pedi o nosso Secretário, vereador Silvânio, para ler sobre a importância do Circo Todo Mundo, estão aqui até presentes. O vereador Silvânio vai ler um pouquinho do Circo Todo Mundo e entendo o que o senhor está falando”. O vereador Leci Alves Campos: “pois é, mas...”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “no Orçamento agora colocar a emenda para o Circo”. O vereador Leci Alves Campos: “o recurso de lei de incentivo fiscal da cultura, ele não vai para a prefeitura, ele vai direto para a entidade. Então, o projeto tem que ser feito pela entidade junto à empresa que vai disponibilizar o recurso”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “eu entendi”. O vereador Leci Alves Campos: “agora, subvenção sim, é recurso municipal através da prefeitura”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “eu entendi, vereador. Então, no caso, eu retiro o requerimento e coloco...”.



O vereador Leci Alves Campos: “talvez... Você pode até manter. Quem sabe essas ONG’s, OSCIP’s conheçam as empresas interessadas em participar de lei de incentivo e apresentem projeto diretamente a elas, mas não tem nada a ver com recurso da cultura da prefeitura de Nova Lima”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “inclusive, o vereador Silvânio vai até ler a importância do Circo Todo Mundo, não é? Quem sabe alguma empresa se interesse”. O vereador Leci Alves Campos: “eu não tenho muita certeza, mas eu acho que a Petrobras ela beneficiava, através de lei de incentivo, o Circo de Todo Mundo. Agora, eu não sei te responder se é lei estadual ou federal, isso eu não sei te falar”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “é federal”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereador, nós temos também no município e faz parte do meu gabinete, é lógico e evidente, com a aprovação de todos os vereadores, nós votamos aqui uma emenda à Lei de Incentivo à Cultura que diz que zero vírgula zero... Pois é... Que zero vírgula zero quatro por cento do Orçamento... Não foi aplicado, vereador, mas aí...”. O vereador Leci Alves Campos: “tem a lei... Só uma pergunta para ele...”. O Senhor Presidente: “um aparte gente, um aparte”. O vereador Leci Alves Campos: “vereador Silvânio, existe a lei municipal”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “sim”. O vereador Leci Alves Campos: “que é lei de incentivo através do mecenato do ISS”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “sim”. O vereador Leci Alves Campos: “e também eu não sei se tem IPTU, Silvânio. ISS eu tinha certeza”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “é só ISS”. O vereador Leci Alves Campos: “mas ela não foi aplicada”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “pois é, mas aí é que está. Que talvez, vereador Alessandro, que talvez fosse importante que induzíssemos essas entidades e eu tenho feito isso a medida em que eu recebo isoladamente no meu gabinete alguns grupos, eu tenho dito isso às pessoas, que nós possamos provocar essas entidades para cobrar da Administração



Municipal o cumprimento dessa lei que foi sancionada”. O vereador Leci Alves Campos: “e um caminho importantíssimo é através do Conselho Municipal de Cultura”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “sim, exatamente”. O vereador Leci Alves Campos: “é ele que tem todo domínio sobre a lei municipal”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “sim. Senhor Presidente, o vereador ele me pediu que... Eu acredito... Não. Pois é, mas escuta só, antes de votar, ele me pediu, eu acredito que eles iriam usar a Tribuna Popular, não é isso mesmo? E aí eles não se inscreveram... Pois é... Ele me pediu que eu pudesse fazer a leitura desse texto, o vereador...”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “em discussão, por favor”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “na discussão ele me pediu que eu pudesse fazer a leitura desse texto, se o senhor me permite. Como não tem título, eu acredito que está se referindo ao Circo de Todo Mundo, não é isso mesmo? Tá, tranquilo”. O Senhor Secretário proferiu leitura: “1. Como o Circo chega à Nova Lima; Quando o Circo perdeu seu espaço físico no Horto em Belo Horizonte, uma das cidade que quis que a ONG se estabelecesse em seu município foi Nova Lima. Na ocasião a prefeitura se abriu para o que era uma novidade para eles, e recebeu o Circo. Até hoje percebe-se que o município se alegra com a presença do Circo. O poder público demonstra muito interesse na permanência do mesmo. Estamos inclusive renovando, e pedimos apoio aos vereadores, o termo de convênio no qual o espaço físico onde está a lona do Circo nos é cedida. Precisamos deste termo, inclusive para apresentar para possíveis parceiros que tenham interesse em patrocinar, para que os mesmos tenham segurança quanto ao investimento; 2. Do atendimento às escolas municipais; Em 2014 e isso se repetiu em 2015, o Circo atendeu um número significativo das escolas municipais, (foram seis que conseguimos formalizar a parceria: Cristiano Machado, Harold Jones, Martha Drummond Fonseca (nossa vizinha), Vera



Vanderley – que atendemos até o final do programa Mais Educação, Dalva Cifuentes e Dona Antonieta, que atendemos até que as mesmas não tiveram possibilidade de continuar); sem que fosse repassado ao Circo qualquer ajuda financeira para a realização do trabalho. Em 2014 tivemos ajuda com material de higiene e limpeza, mas em 2015 não tivemos nenhum repasse. Continuaremos em 2016 com este atendimento que oferta atividades em contra turno escolar, e que além de contribuir diretamente com o município e com as escolas, contribui com os pais e responsáveis que sabem do trabalho sério e colaborativo do Circo; 3. Do atendimento à comunidade; Em 2015 refizemos o quadro de profissionais e inserimos atividades diferenciadas a fim de que mais participantes se interessassem em estar presente na lona do Circo. Além de ofertar o Circo nas modalidades de aéreo, portagens, malabares, equilíbrio, ofertamos Capoeira e Hip Hop, aumentando significativamente o quadro de atendimento. Tivemos muitos inscritos e sua presença não está condicionada à continuidade no atendimento. Sendo assim, as crianças, adolescentes e jovens podem se ausentar por um tempo, mas a matrícula no atendimento está sempre assegurada. Com isso, realizamos semanalmente o atendimento a mais de cem usuários. Nos perguntamos, onde estas as crianças e adolescentes estarão se o Circo falhar? O poder público dará conta delas? 4. Do convênio com a SEMDS e a realização do SCFV; Em 2014 e 2015 formalizamos convênio com a SEMDS e executamos o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. No primeiro semestre de 2015, mesmo sem repasse de verba, o Circo manteve o atendimento as crianças e adolescentes, dos CRAS Cruzeiro e Honório Bicalho, que estão em situação de vulnerabilidades sociais das mais diversas, mantendo o caráter contínuo do serviço de acordo com suas diretrizes. 5. Da magia do Circo e dos benefícios à saúde, educação, desenvolvimento social e cognitivo, da formação humana;



Acreditamos que o circo possui um potencial transformador. As atividades físicas e mentais realizadas tem a capacidade de contribuir no desenvolvimento social e cognitivo dos usuários. Utilizamos as atividades como instrumentos pedagógicos e pretendemos formar bons cidadãos, trabalhando e contribuindo sempre para tecer uma rede de cidadania. Trabalhamos com projetos, que infelizmente têm prazos para iniciar e terminar. Agradecemos sempre o apoio e patrocínio da Petrobras. Não queremos com o que foi apontado ganhar premiações ou agradecimentos pelo atendimento. Entendemos que é nossa obrigação, enquanto uma ONG que luta pela garantia de direitos das crianças e adolescentes, servir à comunidade e ao município, mas entendemos que esta deva ser uma responsabilidade compartilhada com o poder público, sendo assim, estamos aqui hoje para apontar o nosso potencial, sabendo que temos muito a avançar, e pedir ajuda para continuarmos realizando o atendimento de tão relevância para as crianças e adolescentes de Nova Lima”. Requerimento aprovado por oito votos. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, o Senhor me permite fazer uma moção de pêsames? Eu fiz, mas essa é verbal. Eu estou vendo que você presta atenção... É uma moção de...”. O Senhor Presidente: “concedido”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu quero que esta Casa envie moção de pêsames à família enlutada da senhora Maria Caldeira que residia à Rua Jerônimo Assis Fonseca, nº 99, Cariocas, em nome dos filhos Eugênio, Paulo, Júlio César, Cláudio Luís e Olga. Dona Maria ela é de Rio de Peixe, veio morar aqui no Centro da cidade de Nova Lima já há vários anos e contribuiu muito com as questões religiosas da nossa cidade e por isso merece esse nosso respeito e consideração. Muito obrigado, Senhor Presidente”. Aprovado, oito votos. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu queria fazer um requerimento verbal e queria fazer um convite, pode ser?”. O Senhor Presidente: “perfeitamente”. O vereador Gilson Antônio



Marques: “eu quero falar da audiência pública de sexta-feira, convidar aos presentes e ao povo que está em casa para falar sobre as barragens de Nova Lima. Queria ressaltar aqui que esse requerimento foi desse vereador, mas fui procurado pela AMA – Aliança Municipal das Associações Comunitárias de Nova Lima, que tem o senhor Carlos Cavalcanti como presidente. Essa iniciativa veio deles, eles é que estão trazendo aí os palestrantes que entendem do assunto para discutir. Nessa audiência vai estar presente a Vale do Rio Doce, vai estar presente a AngloGold, as empresas que têm barragem no município, para ver se encontram soluções que evitem o que aconteceu em Mariana agora recentemente. O requerimento é uma moção de aplausos ao pessoal da Secretaria Municipal de Obras, mais especificamente ao pessoal dos serviços gerais, que ainda como pouco tempo dissemos aqui que o município anda sem recursos, esse choque que foi lá na escola é falta de fita isolante. Falta cimento, falta brita, falta areia, falta toda condição para o servidor trabalhar. Não adianta ter cinco mil servidores, mas não têm a condição de trabalhar. E mesmo sem a condição, eles têm aí, incansavelmente, retirando as faixas que esses oportunistas vêm colocando na nossa cidade, poluindo aí o visual da nossa cidade, eles vêm removendo, sem caminhão, sem ferramenta, com um esforço danado aí de A a Z. Então, eu queria que o Senhor enviasse uma moção de aplausos a eles, consultasse o Plenário”. O Senhor Presidente: “continua em discussão”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “com a palavra, o vereador Silvânio Aguiar”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, a minha fala não é em cima do requerimento do vereador, mas já adianto que vou votar favorável, é lógico, evidente. Mas para ressaltar a importância da última audiência que nós tivemos nesta Casa, com relação à questão financeira do município e, principalmente, para ressaltar a atuação do senhor vereador, enquanto presidente



naquele dia, e como foi brilhante o trabalho do senhor com um tema tão relevante para o nosso município. Acredito, senhor vereador, que foi de grande contribuição aqui a presença do prefeito, a presença da Secretária de Fazenda, a presença de representantes da Vale e da AngloGold, e a sua atuação, com toda a certeza, e é lógico evidente, a vereadora Ângela também que fazia parte da Mesa, mas a sua atuação, com toda a certeza, a condução do trabalho que o senhor fez, ela trouxe, de certa forma, imprimiu uma forma interessante de trabalho em que as pessoas se sentiram contempladas na participação e, por isso, acredito que a próxima audiência, por saber que o senhor estará à frente dela, ela será muito bem conduzida. Quero participar porque é um outro tema extremamente importante para o nosso município, que o senhor juntamente com a AMA e com a aprovação dos nove vereadores atentaram para ele e vem trazer para o nosso município. Então, parabéns, a minha fala é com relação à sua primeira fala e não com relação ao requerimento, mas, com certeza, vou votar favorável ao requerimento também”. O vereador Gilson Antônio Marques: “muito obrigado”. O Senhor Presidente: “eu... Já que o colega aqui fez esse comentário, eu gostaria de parabenizá-lo. O senhor comandou, realmente, a audiência pública com grande maestria. Mas espero que na próxima sexta-feira, o tema é barragem? É barragem. Aqui eu fiquei decepcionado com alguns participantes, alguns políticos que começaram a fazer politicagem numa audiência que falava simplesmente de finanças. E que na próxima sexta-feira isso não aconteça, foi muito desagradável, praticamente um atacando o outro, um querendo mostrar mais do que o outro que fez. Foi dito dentro da reunião, da assembleia, que o político tem a obrigação de fazer. Vamos tocar o bonde para frente porque passado quem fez, fez. O povo sabe quem fez, quem fez bem e quem fez mal. Então, o senhor está de parabéns e espero que sexta-feira nós falamos simplesmente de barragem”. O



vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente. Só queria esclarecer, conforme está registrado aí em Ata, o tempo todo eu chamei a atenção para se atentar ao assunto da pauta, mas vale salientar que eu não posso pôr as palavras na boca das pessoas que estão dando depoimento. Eu fui o mais rígido possível, respeitei os tempos que foram dados, não deixei ninguém extrapolar, corriji o tempo todo, chamando a atenção dentro do financeiro, mas, na minha modesta concepção, eu acho que nenhuma palavra que foi dita aqui foi perdida. Até aquela disputa de poder que houve deu para mostrar quem é quem, cada um tem uma ideia, eu fiz isso, eu fiz aquilo, eu sou o maestro, eu sou o dono da verdade. Mas se, de fato, quem interessa no momento que é o prefeito que está no Executivo hoje, que o pepino está é na mão dele, se ele tiver sabedoria para tirar proveito de toda aquela discussão que teve aqui, com certeza, ele vai encontrar um caminho salutar à nossa cidade o mais rápido possível, porque a discussão aponta muita sabedoria e pouca eficiência. Então, é só ele reverter aí, ser eficiente diante de tanta coisa que foi discutida aqui. Acho que tudo foi muito válido, o que foi discutido aqui. Muito obrigado”. O Senhor Presidente: “o senhor está de parabéns, vereador”. Requerimento aprovado por oito votos”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, o Senhor me concede fazer uma moção de aplauso?”. O Senhor Presidente: “perfeitamente”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu gostaria que esta Casa fizesse uma moção de aplauso ao nosso Deputado Estadual João Vítor Xavier, cumprimentando pela autoria e lançamento do livro “Cinquenta anos do Mineirão”. É um livro, realmente, que mostra inclusive a participação do Villa Nova lá no Mineirão, a participação do nosso Luizinho, tem uma página do Luizinho. Então, eu gostaria de prestar essa homenagem, essa moção de aplauso ao nosso Deputado Estadual João Vítor Xavier”. Aprovado, oito votos. O



Senhor Presidente: “quarta parte, apresentação de oradores inscritos. Primeiro vereador, Fausto Niquini”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “só para deixá-los bem calmos, eu vou ser bem rápido. Senhores vereadores, senhora vereadora, público presente, boa noite. Não é justo que os nova-limenses paguem ainda mais impostos. Isso é um peso a mais no orçamento de quem sofre com o aumento dos preços, com a economia já em recessão e o aumento do desemprego. No momento de escassez de recursos para financiar projetos prioritários é, sim, importante cuidar de procedimentos que possam potencializar as receitas dos municípios, mas não é concebível e nem razoável que em um momento em que a cidade vê um achatamento de serviços públicos ofertados ao cidadão, com redução de políticas públicas e direitos dos servidores, o aumento de impostos vem à tona como uma arma de quem não gera adequadamente o dinheiro público. Acho isso um desatino no momento de desemprego e inflação. Os projetos são inaceitáveis. O governo deveria ser mais eficiente, reduzir ainda mais suas despesas, sem partir para o caminho tido como o mais fácil, que é o de aumento de impostos. Sou contrário a esses aumentos abusivos, muito acima da inflação, em apenas alguns casos. Não discordo de que houve uma valorização geral dos imóveis de nossa cidade, mas essa valorização não significa que a capacidade de renda dos proprietários cresceu na mesma proporção para suportar total reajuste. Eu ando pelos quatro cantos da cidade e para todos os lados que eu vejo, é o pessoal reclamando que está sem dinheiro, está sem dinheiro. Tenho muitos amigos comerciantes aqui na cidade também reclamando que os seus comércios estão vazios. E eu, se eu votasse favorável ao aumento dos impostos dessa cidade, eu estaria indo contra os meus princípios que sempre foram de facilitar e ajudar aos mais carentes e aos mais necessitados. E num momento como esse, de desemprego, de alta de inflação, de uma crise nacional, estadual, municipal, não poderia



votar a favor do aumento de impostos. Por outro lado, ponto que merece cautela é o da legitimidade dessas revisões à luz do princípio da razoabilidade, que impõe a todo gestor público o dever de agir com bom senso, e isso não me parece estar ocorrendo atualmente. Muito obrigado, uma boa noite a todos”. O Senhor Presidente: “próximo orador inscrito vereador André Vieira”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “eu não vou falar não, Senhor Presidente, obrigado”. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrada a reunião. _____